

## ALFABETIZAÇÃO BASEADA NA CIÊNCIA: reflexões sobre o curso ABC

*Cristiane Perol da Silva*<sup>1</sup>

**Eixo temático: 7. Alfabetização e formação inicial e continuada de professores**

**Resumo:** O trabalho objetiva problematizar aspectos do curso Alfabetização Baseada na Ciência - ABC, formação continuada para professores oferecida pela Secretaria de Alfabetização do Ministério da Educação. Partindo de uma abordagem metodológica cartográfica, são apresentadas algumas questões em perspectiva, a partir das quais constata-se que o curso contribui para a eliminação da dimensão política da alfabetização e da educação da infância, enfraquecendo os direitos das crianças e extinguindo quaisquer possibilidades de avanço em direção à politização e cidadania da infância.

**Palavras-chaves:** alfabetização; formação de professores; ensino fundamental.

### Introdução

Este ensaio objetiva problematizar alguns aspectos do curso Alfabetização Baseada na Ciência (ABC), oferecido pela Secretaria de Alfabetização (Sealf) do Ministério da Educação (MEC) em 2021. As reflexões e dados apresentados são parte da pesquisa de doutorado que investiga as governamentalidades da infância em disputa pelas políticas educacionais bolsonaristas em torno da alfabetização, através da análise de políticas públicas e programas do Ministério da Educação, gestão 2019 - 2022, em andamento pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Professora Doutora Heloísa A. de Matos Lins.

Historicamente a alfabetização tem sido um território de disputa no contexto brasileiro, "[...] marcado pela recorrência discursiva da mudança, indicativa da tensão constante entre permanências e rupturas, diretamente relacionadas a disputas pela hegemonia de *projetos políticos e educacionais e de um sentido moderno para a*

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Coordenadora Pedagógica da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental em escola da rede particular de ensino do Estado de São Paulo. Contato: [crisperol@gmail.com](mailto:crisperol@gmail.com)

alfabetização." (MORTATTI, 2010, p. 330, grifos nossos). Se reconhecida como um direito humano e social (GONTIJO, 2014) e entendida a partir do ponto de vista crítico e democrático como ato de conhecimento, ato criador e político (FREIRE, 1986), a alfabetização pode ser um potente recurso na busca e no fortalecimento de processos democráticos e de cidadania.

Em meio ao cenário de desdemocratização vivido no Brasil, marcado pela estagnação e retrocesso em instrumentos democráticos e de cidadania que aparentavam estar consolidados (CARVALHO JÚNIOR e CARVALHO, 2020, p. 224), agravado pela pandemia da Covid-19 (UNICEF e IBOPE, 2021), a alfabetização se torna um importante dispositivo (FOUCAULT, 1998) no processo de solidificação do projeto político conservador de sociedade do governo em curso (FREIXO e PINHEIRO-MACHADO, 2019; ALMEIDA, 2019). Observando as questões que aqui são levantadas, constata-se que o curso ABC contribui para a eliminação da dimensão política da alfabetização e da educação da infância, enfraquecendo assim os direitos das crianças e extinguindo quaisquer possibilidades de avanço em direção à politização e cidadania da infância (SILVA C., NORONHA e CARMO, 2021, p. 12, no prelo).

Tendo como referência a abordagem metodológica cartográfica que embasa a pesquisa de doutorado, destaca-se neste texto o que se sobressai para a autora, pesquisadora-cartógrafa<sup>2</sup>, no processo de construção de uma cartografia das políticas e programas do Ministério da Educação voltados para a alfabetização. Passos, Kastrup e Escóssia (2015, p. 10), apontam que "A cartografia surge como um princípio do rizoma que atesta, no pensamento, sua força performática, sua pragmática". Aposta na experimentação do pensamento, mas não abre mão do rigor, ressignificando-o: "O rigor do caminho, sua precisão, está mais próximo dos movimentos da vida ou da normatividade do vivo [...]. A precisão não é tomada como exatidão, mas como compromisso e interesse, como implicação na realidade, como intervenção." (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2015, p. 11). Por se apresentar como um mapa móvel, não há um único sentido nem uma mesma entrada para a realidade cartografada. Portanto, o que aqui se apresenta é um recorte de possíveis sentidos que se sobressaem até então, questões em perspectiva que serão aprofundadas e discutidas na pesquisa de doutorado em andamento.

## **2 O curso ABC - Alfabetização baseada na ciência**

Ligado ao Programa Tempo de Aprender, que dispõe sobre a alfabetização escolar

---

<sup>2</sup> De acordo com Costa (2014, p. 71), o pesquisador-cartógrafo "Não coleta dados; ele os produz. Não julga; ele coloca em questão as forças que pedem julgamento."

no âmbito do Governo Federal (BRASIL, 2020), o curso ABC integra o Programa de Intercâmbio para Formação Continuada de Professores Alfabetizadores, ação do Eixo 1 - "Ação continuada de profissionais da educação" e teve as inscrições abertas em janeiro de 2021 para professores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Alinhado com as indicações da Política Nacional de Alfabetização - PNA (BRASIL, 2019), o curso se fundamenta em práticas baseadas em evidências científicas nacionais e internacionais, com ênfase na ciência cognitiva da leitura e na neurociência.

Oferecido na modalidade *online* devido às condições impostas pela pandemia da Covid-19, o ABC tem carga horária de 180 horas e está disponível gratuitamente no Ambiente Virtual de Aprendizagem do MEC (AVAMEC). Aos cursistas são disponibilizados vídeos, materiais de leitura e tarefas de estudo concebidos a partir de princípios da gamificação e dos recursos abertos (NADALIM, 2021, p. XII). Foi desenvolvido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes (fundação vinculada ao MEC), em cooperação com a Sealf, a Universidade do Porto, o Instituto Politécnico do Porto e a Universidade Aberta de Portugal. Os materiais elaborados contaram com a contribuição de mais de 30 especialistas de "renomadas instituições de Portugal, dos Estados Unidos e do Brasil" (*ibid*, p. XII).

O curso é constituído por quatro partes: A - Noções fundamentais sobre alfabetização, B - Literacia emergente, C - Aprendizagem da leitura e da escrita, D - Dificuldades e perturbações na aprendizagem da leitura e da escrita. Atualmente estão disponíveis no AVAMEC as partes A, B e algumas unidades da seção C; as demais unidades e o item D estão sendo disponibilizados gradativamente. Apesar disso, o componente teórico que embasa o ABC pode ser encontrado no Manual do curso, disponível em versão *online* desde abril de 2021. Considerando o espaço do presente trabalho, nas reflexões aqui apresentadas opto por observar somente a Parte A do referido curso. Essa primeira parte da formação é constituída por seis unidades, sendo elas: 1. Políticas de leitura; 2. As bases neurobiológicas da leitura; 3. Conhecimento da língua: fonologia e ortografia do Português do Brasil; 4. Ensino e aprendizagem da leitura: fundamentos e aplicações; 5. O modelo RTI e a alfabetização; 6. Do som à linguagem: perspectiva neurocognitiva entre a faculdade universal da linguagem e diferenças interlinguísticas no processamento. A cada unidade o cursista recebe orientações de estudo, tem acesso ao material de leitura referente ao conteúdo que foi redigido por um dos trinta especialistas que participaram da elaboração do curso, a um vídeo gravado pelo especialista responsável e a uma apresentação de *slides* sobre o assunto. Para concluir as unidades é preciso fazer uma avaliação cujo critério de conclusão exige nota mínima de 6,0.

Diante do objetivo de problematizar alguns aspectos do ABC, na sequência são

evidenciadas algumas questões. As informações aqui relatadas decorrem das reflexões que a autora vem fazendo enquanto cursista inscrita na formação continuada.

### 3 Discussão: questões em perspectiva

A primeira questão que se destaca é o fato do curso ABC ter sido elaborado em parceria com universidades de Portugal, tomando como referência estudos desenvolvidos no referido país, desconsiderando o que vem sendo desenvolvido no Brasil por grupos de pesquisa, universidades e entidades voltadas às políticas públicas para a alfabetização (GONTIJO e ANTUNES, 2019; NOGUEIRA e LAPUENTE, 2021), assim como o fazer pedagógico, o alfabetizador e o alfabetizando, como já apontado por Maciel (2020) sobre a PNA. Esses últimos por sua vez, praticamente não aparecem na parte do curso analisada. O contexto brasileiro de práticas pedagógicas, alfabetizandos e alfabetizadores, pesquisas e pesquisadores, são desconsiderados até na forma como o material de leitura do curso ABC se apresenta, já que o mesmo contém vários termos do Português de Portugal, desconsiderando assim as especificidades da língua escrita e falada no Brasil.

Essa opção de desconsiderar e desqualificar o que vem sendo feito nas últimas décadas no âmbito brasileiro, atacando a comunidade científica e as universidades, se faz presente desde a campanha eleitoral do presidente eleito com os ataques à Paulo Freire, por exemplo, e se institucionaliza com a PNA, como já apontado por diversos autores e trabalhos (FRADE e MONTEIRO, 2019; NOGUEIRA e LAPUENTE, 2021, entre outros). É quase total a ausência de colaboradores brasileiros no curso, assim como de pesquisas realizadas no decorrer das últimas décadas no Brasil. Das seis unidades que compõem a Parte A, apenas uma foi elaborada por professora brasileira.

Outro aspecto que se sobressai é a constante afirmação presente nos materiais disponíveis de que o curso, assim como a Sealf, a PNA e seus instrumentos de implementação firmam-se em bases científicas, e que escolheram "[...] as ciências como fundamento para a elaboração de suas políticas públicas de alfabetização, levando para a sala de aula os achados das *ciências cognitivas* e promovendo as práticas de alfabetização *mais eficazes*" (NADALIM, 2021, p. XIII, grifos nossos). Assume-se a ciência cognitiva da leitura e a neurociência como as referências mais eficazes, o que pode ser visto no decorrer do Manual do curso ABC. Silva W. (2019) denuncia o autoritarismo e a artimanha colonizadora que se ancoram na opção de dar exclusividade a uma vertente teórica ou método de ensino, algo que já estava presente na PNA e que agora se materializa no curso ABC enquanto ação que se volta para a formação continuada de professores alfabetizadores.

As referências à Educação Infantil também se destacam nos materiais analisados. O

uso do termo "jardins-de-infância" na apresentação de *slides* de uma das unidades da Parte A chama a atenção, já que é uma expressão que hoje não é usada no Brasil para se referir à educação da infância. Analisando o curso "Práticas de Alfabetização" que também faz parte do Tempo de Aprender, Nogueira e Lapuente (2021) constatam que o programa considera o último ano da Educação Infantil como preparatório para o ciclo de alfabetização/ Ensino Fundamental, trazendo à tona uma premissa que parecia estar superada no campo, o que também pode ser observado no ABC. Relacionado a isso, destacam-se ainda os constantes apontamentos à necessidade de identificação e intervenção precoce que devem acontecer "mesmo antes da aprendizagem da leitura" (BRASIL, 2021, p. 63), presentes no Manual e demais materiais do curso. Essas referências aparecem com frequência no decorrer dos capítulos e se intensificam na unidade 5, intitulada "O modelo RTI<sup>3</sup> e a alfabetização", que fala sobre o uso do modelo de resposta à intervenção na alfabetização durante o ano letivo.

Como última questão, destaca-se a transcrição de trechos do vídeo disponível na unidade "Práticas de leitura". Ao falar sobre os desafios das políticas de leitura, a professora responsável pela seção Isabel Alçada, da Universidade Nova de Lisboa, diz:

[...] Na democracia, as pessoas devem debater [...] devem interessar-se por aquilo que os governos propõem e ter opinião. Portanto, parece muito importante que haja o debate. [...] porque isso é procedimento natural nas sociedades democráticas. Eu vivi numa ditadura, por isso, digo que é absolutamente saudável. (VÍDEO 2, 2021)

Depois de todas as questões levantadas anteriormente sobre o curso ABC e ações atreladas, a fala da professora é inquietante, pois não condiz com o que o curso ABC propõe e com as políticas às quais está relacionado; não condiz com a forma como o governo tem lidado com as opiniões divergentes; não condiz com o momento vivido no país no qual a democracia está sob constantes ataques e ameaças; e com tantos outros fatos do atual contexto brasileiro que poderiam ser aqui mencionados. Não condiz!

#### 4 Considerações Finais

Chama a atenção a tecnicidade com que a infância, a Educação Infantil, a alfabetização, as práticas e o trabalho docente, a formação de professores são consideradas nos materiais do curso, o que suscita uma série de indagações que precisarão ser retomadas em outro momento. Muitas outras questões poderiam ser aqui levantadas. Essas são as que se destacam para a autora neste momento e que serão aprofundadas no decorrer da pesquisa

---

<sup>3</sup> Response to Intervention Model.

de doutorado em andamento.

Como considerações finais, destaca-se o curso ABC, enquanto formação continuada voltada para professores, como mais uma ação do governo Bolsonaro que contribui para a eliminação da dimensão política da alfabetização e da educação da infância, enfraquecendo assim os direitos das crianças e extinguindo quaisquer possibilidades de avanço em direção à politização e cidadania da infância (SILVA C., NORONHA e CARMO, 2021, p. 12, no prelo).

A retirada da dimensão política da alfabetização e da educação da infância não é algo novo na política educacional, como já apontado por Gontijo (2017). Porém, é preciso que estejamos atentos a maneira como isso acontece e se intensifica no governo Bolsonaro, de modo articulado com o processo de solidificação de um projeto político-ideológico neoliberal e ultraconservador de sociedade (MORTATTI, 2019, p. 26).

Conclui-se destacando a importância, no atual contexto, de que as ações e políticas públicas vigentes voltadas para a alfabetização sejam estudadas, assim como os possíveis impactos nas práticas dos professores alfabetizadores e consequentemente na alfabetização das crianças, já que setenta e três por cento das secretarias de educação do país aderiram ao Programa Tempo de Aprender.

## Referências

- ALMEIDA, R. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 1, pp. 185-213, abr. 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002019000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002019000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 jan. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA: Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC, SEALF, 2019.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Portaria nº 280**, de 19 de fevereiro de 2020. Institui o Programa Tempo de Aprender, que dispõe sobre a alfabetização no âmbito do Governo Federal. Brasília: MEC, 2020.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Alfabetização Baseada na Ciência: Manual do Curso ABC / Isabel Alçada ... [et al.] ; organizado por Rui Alexandre Alves, Isabel Leite ; coordenado por Carlos Francisco de Paula Nadalim. – Brasília: Ministério da Educação (MEC) ; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), 2021. 557p.**
- CARVALHO JUNIOR, N. R.; CARVALHO, R. S. P. Bolsonarismo e desdemocratização: o alerta nas conquistas de cidadania e consolidação democrática. **Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania**, v. 7, n. 7, p. 224-245, 11 mar. 2020.
- COSTA, L. B. Cartografia: uma outra forma de pesquisar. **Revista Digital do LAV**, [S.l.], p. 066-077, ago. 2014. ISSN 1983-7348. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/15111>>. Acesso em: 08 out. 2018.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização de Roberto Machado. 13. ed. Rio de Janeiro, RJ, Edições Graal, 1998.
- FRADE, I. C. A. DA S.; MONTEIRO, S. M. DOSSIÊ “POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO EM FOCO: OLHARES DE PROFESSORES E PESQUISADORES”. **Revista Brasileira de Alfabetização**, v. 1, n. 10, jul./dez. 2019.

Disponível em: <<http://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/381>>.

Acesso em: 16 jul. 2021.

FREIRE, P **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 12. ed. São Paulo, SP: Autores Associados: Cortez, 1986.

FREIXO, A.; PINHEIRO-MACHADO, R. (org.). **Brasil em transe**: Bolsonaroismo, Nova direita e Desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

GONTIJO, C. M. M. **Alfabetização**: políticas mundiais e movimentos nacionais. Campinas, SP: Autores Associados, 2014, 146 p.

\_\_\_\_\_. Dimensão política da alfabetização. In: **LEITORES e leituras**: explorando as dobras do (im)possível. Organização de Ana Lúcia Horta Nogueira, Adriana Lia Frizman de Laplane. Campinas, SP: Leitura Crítica, p. 183 - 203, 2017.

GONTIJO, C. M. M.; ANTUNES, J. S. C. Diálogos com o Plano Nacional de Alfabetização (2019): contrapalavras. **Revista Brasileira de Alfabetização**, v. 1, n. 10, jul./dez. 2019.

Disponível em: <<http://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/371>>.

Acesso em: 16 jul. 2021.

MACIEL, F. I. P. Onde estão as pesquisas sobre alfabetização no Brasil?. **Revista Brasileira de Alfabetização**, v. 1, n. 10, jul./dez. 2019. Disponível em: <<http://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/376>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

MORTATTI, M. R. L. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 329-341, 2010.

\_\_\_\_\_. Brasil, 2091: Notas sobre a “política nacional de alfabetização”. **Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 17–51, 2019. DOI: 10.34024/olhares.2019.v7.9980. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/9980>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

NADALIM, C. F. P. Apresentação do Manual Alfabetização Baseada na Ciência (ABC). In: BRASIL. Ministério da Educação. **Alfabetização Baseada na Ciência**: Manual do Curso ABC / Isabel Alçada ... [et al.]; organizado por Rui Alexandre Alves, Isabel Leite; coordenado por Carlos Francisco de Paula Nadalim. – Brasília: Ministério da Educação (MEC); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), p. X - XIII, 2021.

NOGUEIRA, G. M.; LAPUENTE, J. S. M. “Tempo de Aprender”: uma proposta do Ministério da Educação para professores alfabetizadores. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 26, e214933, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.24220/2318-0870v26e2021a4933>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. Apresentação. In: **PISTAS do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Organização de Eduardo Passos, Virgínia Kastrup, Liliana da Escóssia Melo. Porto Alegre, RS: Sulina, p. 7-16, 2015.

SILVA, W. R. Polêmica da alfabetização no Brasil de Paulo Freire. **Trabalhos em Linguística Aplicada** [online]. 2019, v. 58, n. 1, pp. 219-240. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/010318138654598480061>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

SILVA, C. P.; NORONHA, J. E. G.; CARMO, M. A. Crianças, direitos e resistências em tempos de bolsonarismo. In: **GRUPECI** - Seminário de Grupos de Pesquisa sobre Crianças e Infâncias, 7, evento *online*, 2021. No prelo.

UNICEF; IBOPE I. **Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes**: Relatório de análise 2ª Rodada. 2021. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/media/12546/file/relatorio\\_analise\\_impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes\\_segunda-rodada.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/12546/file/relatorio_analise_impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes_segunda-rodada.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2021.

VÍDEO 2 - **Políticas de leitura** - Alfabetização baseada na ciência. Brasil, Ministério da Educação, 2021. 1 vídeo (17:52). Publicado pelo canal ACT - Audiovisual para Ciência e Tecnologia. Disponível em: <<https://avamec.mec.gov.br>>. Acesso em: 16 jul. 2021.